
CARTA AO EDITOR

O exame de qualificação na pós-graduação

Para se falar sobre **exame de qualificação**, deve-se ter claro o que exatamente objetiva uma pós-graduação *stricto sensu*, pois a estruturação do exame, em termos de etapas e exigências, deverá refletir a conceituação que o conjunto de docentes e alunos possui a seu respeito.

Trata-se de formar um bom profissional, bem atualizado num determinado tema, sobre o qual ele consegue discorrer, conhecendo o seu estado da arte, entendendo os procedimentos que ali devem ser aplicados? Em outras palavras, uma espécie de bom “metodologista”? Alguém que certamente será um bom técnico num laboratório, com competência para elaborar um projeto de pesquisa e escrever um trabalho científico? Será isto suficiente? Não será necessário acrescentar também pitadas de maturidade científica, com uma visão abrangente do processo de criação e desenvolvimento da ciência, clareza na sua limitação e alcance, consciência da sua relação com a sociedade, com a cidadania, com o desenvolvimento sustentado e tantas outras coisas?

Entendo que não se trata apenas de alcançar um título num curso credenciado e bem estruturado técnica e cientificamente, porém fechado entre paredes, voltado exclusivamente para si próprio, encerrado numa torre de marfim, sem qualquer comprometimento com o entorno e suas necessidades, preocupado apenas em produzir um bom *paper*. Com orientadores até bem produtivos, satisfazendo os critérios da respectiva área, mas incapazes de sair de seu laboratório, de seu escritório, de si mesmos para olhar o seu curso, o seu centro, o seu instituto, a sua universidade ou seu país.

É preciso ter em mente, além disso, que os futuros administradores relacionados às políticas de ensino, ciência e tecnologia, tanto em nível universitário – como é o caso de chefes e diretores de cursos, diretores e decanos de centros e institutos, pró-reitores e reitores – como em outros níveis – secretarias e ministérios – com muita probabilidade irão sair dos quadros preparados pelos programas de pós-graduação.

Pelas razões expostas, o alcance de uma pós-graduação, no seu estrito senso, mesmo que pensemos apenas no aspecto científico, pede-se (e em pouco tempo passará a ser exigência) que a formação do aluno não se limite apenas às disciplinas do próprio programa, que uma parte de seu trabalho de dissertação ou tese seja desenvolvido em laboratórios de outras instituições, que o pós-graduando vivencie em profundidade a sua instituição, porém, também outras, sejam elas nacionais ou (de preferência) internacionais. Que conviva com outros pesquisadores, além do seu orientador, para avaliá-lo e ter a consciência das qualidades e defeitos dele e assim ter maior clareza a respeito da sua inserção no mundo científico.

Que o aluno submeta periodicamente o seu projeto à apreciação dos pares, por meio de exposições públicas, não apenas para se dar conta da qualidade dele, mas também para aperceber-se de seus limites científicos e técnicos pessoais (isto vale também para o orientador), da sua capacidade de receber críticas, da sua competência em resolver situações tanto técnicas como pessoais. Que participe de todos os eventos que ocorrem não apenas no âmbito do curso mas também fora dele, mesmo aqueles que não digam respeito direto ao tema do seu trabalho.

Todas estas considerações têm como razão principal dizer que um exame de qualificação numa pós-graduação *stricto sensu* é muito mais do que uma pré-defesa de uma dissertação ou tese. Se esta for a perspectiva a ser adotada, sua exigência regimental merece ser dispensada pelo simples fato de que a disciplina de Seminários I, com suas várias apresentações públicas, supre com suficiência este papel, pois

além das apresentações Júnior e Sênior (base da disciplina), podem ser realizadas outras intermediárias, sempre que o orientador assim o desejar, incluindo uma pré-defesa, com alguma antecedência da defesa final.

Qual seria então o formato de um exame de qualificação para que ele preencha os pré-requisitos acima mencionados e assegure a instituição que o futuro pós-graduado está preparado para exercer as prerrogativas que o diploma lhe confere em plenitude, como cidadão consciente e não apenas como alguém tecnicamente preparado?

Assumida pelo programa (vale dizer, pelo seu colegiado) uma conceituação mais ampla e aprofundada de uma pós-senso estrito, o exame deve (entre outras coisas):

Avaliar se a maturidade do candidato equivale a alguém que aspira ao título de mestre ou doutor. Verificar sua consciência científica nacional e internacional em relação à pesquisa. Analisar o seu discernimento em termos da importância da ciência básica, aplicada e tecnológica, a relação à produção científica com filosofia da ciência ou a diferença entre formação e informação nas aulas, seja de graduação seja de pós-graduação?

Verificar até que ponto o aluno conseguiu **apreender os conteúdos**, tanto programáticos como conceituais, oferecidos pelo programa no decorrer da sua formação. É o caso das disciplinas que ele cursou: qual o reflexo delas na sua formação? Afinal, as disciplinas cursadas representaram o suporte básico para o projeto de dissertação ou tese? Qual o reflexo do seu conteúdo no trabalho da dissertação ou tese? Este questionamento poderá servir, inclusive, para avaliar a efetividade das disciplinas ministradas, seja em termos de conteúdo, atualidade ou docente responsável;

Avaliar as atividades extracurriculares que o aluno desempenhou no decorrer do curso. É o caso de verificar se o mesmo freqüentou um outro laboratório, além daquele da sua instituição. Permaneceu algum tempo em instituição congênere, nacional ou estrangeira? Qual a atividade na outra instituição (aula, desenvolvimento de projeto – parte ou todo, visita, etc.)? Participação em atividades científico-culturais (palestras, mesas-redondas, cursos, seminários, etc.) na própria instituição? Qual foi o seu desempenho nos Seminários I e II? Houve aprovação do projeto, foi necessário reapresentar o projeto, substituí-lo? Apreciação do orientador sobre a evolução do aluno no decorrer do andamento do programa;

Demonstrar a capacidade do candidato em estruturar um projeto de pesquisa, englobando a organização e gerência de um laboratório, a obtenção de recursos para mantê-lo, o que se entende por linha, área e grupo de pesquisa, em especial ao se tratar de doutorado;

Analisar sua dissertação ou tese, após uma rápida apresentação dela pelo candidato, esperando-se do candidato não apenas a sua justificativa metodológica (o que será avaliado no dia da defesa), mas qual o impacto do trabalho na área, o benefício para a população (inovação, patente) ou para a ciência (se for pesquisa básica), se está de fato inserido numa linha de pesquisa ou é um trabalho do tipo *freelancer*, seu impacto na literatura mundial, etc.

Como a avaliação é rigorosamente do aluno e não do orientador, este não deve participar do processo. Deve haver a presença de alguém de fora da instituição, com boa penetração na área na qual o candidato está trabalhando.

Estas são apenas sugestões, que devem ser aprofundadas, ampliadas e adotadas dentro de critérios previamente estabelecidos e discutidos no âmbito do colegiado.

Prof. Waldemiro Gremski

Diretor do Programa de Pós-Graduação
em Ciências da Saúde (Mestrado/Doutorado) do CCBS/PUCPR